



Maria Antonia

Boletim | São Paulo | Ano 7 | nº 04 | 01 maio 2026

40 anos de Chernobyl: a Sociedade de risco à luz da crítica da economia política

Fernanda Pinheiro da Silva

Geógrafa e doutoranda da UFABC



Ambas as fotos representam o mesmo lugar, Rua Druzby Narodiv, Pripyat, Ucrânia. À esquerda, período anterior de 1986 e, à direita, outubro de 2019 – Acervo: Acervo Público de Pripyat e Projeto Behind Closed Doors Urbex.

Resumo: Este ensaio rememora os 40 anos do desastre de Chernobyl por meio da análise crítica de Sociedade de risco, obra de Ulrich Beck que também completa quatro décadas este ano. Com isso, busca explorar a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas do capital e a ampliação escalar de suas capacidades de destruição. Apoiando-se em autores marxistas que dialogaram com a obra, a reflexão parte desse acontecimento histórico para reconstituir os fundamentos da escalada contemporânea da catástrofe por meio da crítica da economia política.

Palavras-chave: Chernobyl; desastres; crítica da economia política.

Abstract: This essay commemorates the 40th anniversary of the Chernobyl disaster through a critical analysis of Risk Society, a work by Ulrich Beck that also marks its 40th anniversary this year. In doing so, it seeks to explore the dialectic between the development of capital's productive forces and the escalating expansion of its capacity for destruction. Drawing on Marxist authors who have engaged with the work, this reflection takes this historical event as its starting point to reconstruct the foundations of the contemporary escalation of catastrophe through a critique of political economy.

Keywords: Chernobyl; disasters; critique of political economy.

No dia 26 de abril de 2026, completaram-se 40 anos do desastre de Chernobyl. O acontecimento que redefiniu os termos da catástrofe moderna antecedeu, em poucos dias, o lançamento de *Sociedade de Risco*, obra que Ulrich Beck concluiu na Alemanha, entre o final de abril e o início de maio de 1986. Apesar dos limites da formulação teórica do autor, que a meu ver obscurecem o capital como relação social e núcleo dos conflitos socioambientais, quatro décadas depois, o livro segue incontornável para aqueles e aquelas que enfrentam criticamente a dialética entre o *desenvolvimento histórico das forças produtivas do capital* e a *ampliação escalar de suas capacidades de destruição*. Acredito que, em partes, *Sociedade de Risco* ainda “pode ser lido após Chernobyl como uma trivial descrição do presente”¹. Diante disso, tenho buscado articular essas partes com os fundamentos da catástrofe que nos atravessa².

1

A primeira edição de *Sociedade de Risco* já continha dois textos introdutórios³, o *Prefácio*, segundo texto do livro e assinado em abril de 1986, e *A propósito da obra*, o primeiro, assinado em maio daquele ano. O lançamento de um livro dedicado à compreensão da escalada de *ameaças civilizacionais* coincidiu com uma catástrofe sem precedentes, engendrada pela explosão de um reator nuclear de uma usina elétrica, uma cadência histórica que impôs ao autor a necessidade histórica de formular o início do seu livro.

A manipulação bélica em larga escala da radioatividade foi empregada pela primeira vez em agosto de 1945, quando as forças armadas dos Estados Unidos da América (EUA) lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão. Ao demarcar intencionalmente o fim da Segunda Guerra Mundial com uma catástrofe de proporções inéditas, o país demonstrava domínio sobre um poderio bélico sem precedentes. Se qualquer justificativa para desenvolver e empregar tecnologias de aniquilação em massa deve ser radicalmente confrontada, seja naquele contexto⁴ ou em qualquer outro, o fato é que essas explosões

¹ BECK, Ulrich, **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 10.

² Uma reflexão crítica sobre a obra, ressaltando aspectos que interessam para compreender a construção social do risco, foi desenvolvida junto à Luciana Travassos, professora da UFABC e minha orientadora, e apresentada no XII ENANPAS. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/enanppas-2025/1216427-modernidade-risco-e-capital--analise-critica-da-sociedade-de-risco/>>.

³ A tradução brasileira mantém a estrutura da primeira edição publicada na Alemanha. A saber: BECK, U. **Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne**. Grankfut: Suhrkamp, 1986.

⁴ NOAKES, Taylor C., Os bombardeios atômicos do Japão foram baseados em mentiras, **Jacobin Brasil**, 2023.

sinalizaram a iminência de uma *Era de Suspensão*, na qual “a qualquer momento O Tempo do Fim pode se converter n’O Fim do Tempo”⁵.

Mas o desastre de Chernobyl inclui e, ao mesmo tempo, transcende a bomba atômica. Tal como ela, a origem da catástrofe se encontra nas descobertas científicas da virada do século XIX para o XX, trajetória da qual faz parte a cientista Marie Curie, cuja própria morte anunciava a grave ameaça implicada no manuseio da radiação⁶. Do mesmo modo, envolve a produção de conhecimento sobre metais com núcleo atômico instável (urânio) e a criação de elementos sintéticos com essas mesmas propriedades (plutônio). Todavia, o maior impulso para o que ocorre em Chernobyl se encontra no pós-guerra. Das descobertas científicas, a radioatividade percorreu a trajetória das tecnologias de guerra: primeiro, tornou-se um dispositivo bélico altamente concentrado para, posteriormente, figurar como mercadoria de uso civil massificado, no caso, como eletricidade gerada por processos altamente perigosos.

Em *Sociedade de Risco*, a radioatividade é apresentada como “a raiz institucional dos equívocos da ciência tecnológica no tratamento dos riscos autoproduzidos”⁷. Em diálogo com formulações críticas que a antecedem, como as de Günther Anders⁸, a consideração inclui e, ao mesmo tempo, transcende as implicações do conhecimento para a indústria armamentista, pois inclui e aprofunda a normalização posta pela produção global de mercadorias. É nesse sentido que a obra situa uma virada histórica na qual ameaças de caráter civilizacional, geradas no âmbito do desenvolvimento técnico científico e industrial, assumem protagonismo na reprodução social e deslocam a escala do risco das catástrofes locais para um âmbito global *para além do que já ocorre por meio da guerra*.

Ao que me parece, a potência crítica da obra reside nesse aspecto, que se torna mais evidente perante o acontecimento que coincidiu com o lançamento do livro e tornou insuficiente um *Prefácio* escrito em abril. Isso porque, no dia 26 de abril de 1986, isto é, *há 40 anos atrás*, a catástrofe nuclear assumia historicamente a forma de uma central elétrica, e não mais apenas de uma bomba, reforçando que “o diagnóstico do perigo coincide com a sensação de inelutável desamparo diante dele”⁹.

⁵ ANDERS, Günther, Teses para a Era Atômica, **Revista Sopro**, v. 87, p. 3–10, 2013, p. 3.

⁶ Marie Curie morreu de uma doença do sistema sanguíneo chamada anemia aplástica, cujas causas se remetem à exposição à radiação do rádio e do polônio.

⁷ BECK, **Sociedade de risco**, p. 73.

⁸ ANDERS, Teses para a Era Atômica; ANDERS, Günther, **Hiroshima está em toda parte**, São Paulo: Editora Elefante, 2024.

⁹ BECK, **Sociedade de risco**, p. 8.

2

Para Ulrich Beck, riscos e riqueza são *objetos de distribuição* aos quais correspondem lógicas distintas. A riqueza, produzida para “ser possuída”, operaria na *lógica positiva da apropriação*, enquanto o risco, produzido como subproduto a ser evitado, na *lógica negativa do afastamento*. Ainda segundo o autor, uma sociedade de risco insurge na segunda fase da modernidade, ou no que chama de *modernidade reflexiva*, como um desdobramento histórico do momento a partir do qual *a produção de riscos se impõe sobre a produção da escassez*, levando a um crescimento exponencial de perigos e ameaças em diferentes níveis da reprodução social.

Redigida após a reestruturação produtiva do capital, a obra dialoga com o desmantelamento das estruturas rígidas de produção e acumulação fordistas. Diante da flexibilização de mercados de trabalho, da reorganização do sistema financeiro mundial e da alteração do ritmo e da espacialidade da produção global de mercadorias, Beck chamava a atenção para a hegemonia dos processos de individualização, cuja força inédita em sua visão teria levado à deterioração da sociedade de classes e a mudanças radicais no processo de socialização, especialmente nas relações de trabalho e de gênero.

Expressão da *modernização reflexiva*, a sociedade de risco refletiria a ruptura com o ordenamento social definido pela sociedade industrial. Haveria um novo devir junto ao surgimento da sociedade de risco? Para o autor, isso se apresenta nos termos da *brasilianização* do Ocidente, expressão que o permitia expor um “novo quadro de referência para a sociedade mundial de risco”¹⁰, no qual o multiculturalismo e pluralismo religioso, étnico e jurídico articulam-se com a generalização do setor informal e da flexibilização das relações de trabalho.

3

Diante do que considerou ser uma crise civilizacional, Ulrich Beck recorreu à experiência social brasileira para nomeá-la. Ao fazer isso, os desdobramentos críticos do processo histórico de nossa formação nacional aparecem, quando muito, nas fronteiras da modernidade e da própria ideia de civilização. Por um lado, a sua noção de civilização parece se restringir à experiência social vivida na Europa antes da suposta derrocada descrita pelo autor, por outro, a chamada *brasilianização do velho mundo* oculta que a periferia do

¹⁰ *Ibid.*, p. 372–373.

capitalismo é parte indissociável da constituição de centros “civilizados”. No interior desse raciocínio, Brasil e Europa deixam de ser pensados como partes de uma mesma totalidade na qual UM só existe mediante produção e reprodução das experiências sociais do OUTRO.

Atento à genealogia dessa expressão, Paulo Arantes¹¹ distingue o seu uso corrente no interior do pensamento de Ulrich Beck. Ainda no final dos anos 1990, *brasilianização* surge em sua obra “como sinônimo de exclusão e dualismo selvagem”. Posteriormente, já em meados dos anos 2000, ressurgiu como um “paradigma positivo”, isto é, como um *devoir*, preconizando “o real protótipo da Sociedade do Risco a caminho”. A mudança na acepção do termo configura uma regressão da “consciência catastrófica da *brasilianização* do Ocidente para uma amena consciência verde-amarela da globalização”¹². Ainda assim, mesmo que à contrapelo, o uso da expressão parece carregar um entendimento da “desordem efetivamente gerada pela flexibilização. (...) um agravamento tal da espoliação e desamparo dos indivíduos flexibilizados a ponto de assumirem cada vez mais os traços dos ‘homens precários’ da periferia”¹³.

Paulo Arantes¹⁴ também se refere à Sociedade de Risco em suas reflexões sobre o tempo, na medida em que o aprisionamento do futuro reflete a generalização de cálculos de risco. Segundo Beck¹⁵, “O núcleo da consciência do risco não está no presente, e sim no futuro (...), algo todavia inexistente, construído e fictício como ‘causa’ da vivência e da atuação presente”. Diante de uma compreensão que considera “linearmente progressista, embora historicamente exata”, Arantes¹⁶ reconhece alterações substanciais entre *horizonte* e *projeção*, que fizeram emergir uma nova orientação do mundo voltada ao futuro. Em síntese, os cálculos de risco vinculam o presente com o tempo que virá e a hegemonia dessa abstração concreta no interior da reprodução social, articulação direta com o capital fictício, nos aprisiona em um horizonte ficcional.

Resignados ao *status quo*, parece restar aos que seguem “integrados” à essa sociedade somente um campo de ação: a “gestão do presente, em suma, mas de um presente no qual o futuro já chegou”¹⁷. Todavia, se para Beck¹⁸ “o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente”, para Arantes¹⁹, “embora reais e exponencialmente aceleradas, as

¹¹ **A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização**, São Paulo: [s.n], 2021.

¹² *Ibid.*, p. 72.

¹³ *Ibid.*, p. 73–75.

¹⁴ **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**, São Paulo: Boitempo, 2014.

¹⁵ **Sociedade de risco**, p. 40.

¹⁶ **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**.

¹⁷ *Ibid.*, p. 96.

¹⁸ **Sociedade de risco**, p. 40.

¹⁹ **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**, p. 72.

transformações orientadas para o futuro, na condição de armadura abstrata de todo o processo, na verdade reforçam a necessidade do presente”. Contrapondo-se tanto aos fundamentos como à perspectiva da teoria defendida por Beck, Arantes²⁰ afirma que “a expressão Sociedade do Risco é menos uma teoria social do que uma palavra de ordem sistêmica acerca dessa mesma configuração da ‘mudança’ social fora de controle e da história como ameaça”.

A própria história é esfumada pela hegemonia dos cálculos sobre *efeitos indesejados* do progresso. Mas em Arantes, assim como neste ensaio, recusa-se a gestão do presente. O conflito é o ponto de partida para enfrentar teórica e praticamente as manifestações destrutivas da reprodução social. A recusa, nesse caso, guia-se no presente e por meio da história, isto é, pelo que não se encontra em cálculos sobre o futuro, mas na genealogia de desastres e catástrofes.

4

Engendrada pela suspensão da sociedade industrial (primeira fase da modernidade), na sociedade de risco (segunda fase da modernidade) “O lugar do sistema axiológico da sociedade ‘desigual’ é ocupado pelo sistema axiológico da sociedade ‘insegura’”²¹. No argumento, o *ideal de igualdade* é substituído pelo *ideal de segurança*, que anuncia um novo imperativo categórico: aquilo que não deve ser feito, intitulado na obra como *princípio da evitação*, ou *da precaução*. De forma breve, evitar e precaver podem ser compreendidos como uma síntese política de Sociedade de Risco.

Trata-se da iminência de uma sociedade em alerta permanente, na qual, “Das populações à informação, tudo é fluxo a ser controlado, tudo é objeto de segurança: alimentar, sanitária, energética etc.”²². Não à toa, é o princípio da precaução que embasa o direito ambiental e, ao mesmo tempo, lastreia o avanço da financeirização sobre a natureza. Simultaneamente, também é ele que baliza discussões internacionais sobre a catástrofe que se abate sobre o clima, orientando modelos de governança sobre recursos ambientais, regendo a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e dando suporte para a criação de mercados de carbono e da biodiversidade.

²⁰ *Ibid.*, p. 84.

²¹ BECK, **Sociedade de risco**, p. 59.

²² ARANTES, **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**.

A ampliação em escala e abrangência da destruição vincula a construção social de riscos à uma ascensão sem precedentes do sistema de crédito e dos processos de financeirização. É por meio da linguagem matemática e probabilística que se pode deslocar as consequências de uma determinada ameaça sobre o presente para o futuro. Embasados pelo princípio da precaução, os cálculos de risco adquirem força e mimetizam os processos de financeirização, levando à criação de noções como “custo ambiental”, “serviços ecológicos ou ecossistêmicos” e “transição econômica-ecológica ou energética”²³.

Sociedade de Risco dialoga com esse processo, descrevendo de forma precisa como os cálculos sociais de risco antecipam as ruínas do futuro e, ao mesmo tempo, propagam uma vida de restrição e controle no presente. Contudo, não alcança a lógica punitivista que engendra a estruturação de Estados preventivos com missão protetora, nos quais os desvios devem ser aniquilados em nome da segurança almejada. Como desdobramento, a obra também ergue uma cortina de fumaça sobre um futuro cada dia mais fictício, enquanto, no presente, impõe-se um *horizonte de expectativas decrescentes*.

5

Tal como Arantes²⁴, partilha-se do diagnóstico apresentado em Sociedade de Risco para se afastar de seus princípios e conclusões,

“Ao contrário do que o nome indica, embora descreva com precisão o fim de linha contemporâneo, trata-se, na verdade, de uma sociedade, não por acaso girando em volta do princípio de precaução, em que o risco se tornou intolerável e por isso mesmo precisa ser passado adiante, isto é, socialmente transferido. Daí a espiral paranóica dos cálculos e avaliações de risco a que politicamente se resumem hoje as análises de conjuntura. Nesse sentido hiperbólico, são de fato sociedades totalmente orientadas para o futuro, devidamente apropriado, patenteado etc.”

Ao descolar o risco da produção social da riqueza, Ulrich Beck mistifica os fundamentos dessa construção social. Além disso, reduz a crise ecológica às capacidades destrutivas da tecnologia, fazendo crer que “a técnica concentraria o poder de produção e resolução da crise”²⁵. A abordagem ignora que ciência e técnica respondem a relações sociais de produção e reprodução, vinculando-se de forma direta ao avanço das forças produtivas do capital.

²³ SILVA, Fernanda Pinheiro da, Um mundo em ruínas: natureza e devastação nos fluxos de capital, **GEOgraphia**, v. 28, n. 60, 2026.

²⁴ **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**, p. 72-73.

²⁵ ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília, Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara, in: ALIMONDA, H. (Org.), **Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopía**, Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 295.

Nesse sentido, é a própria *coação objetiva do terror econômico*²⁶ que interdita qualquer possibilidade de negociação democrática em torno dos sistemas de segurança implicados na produção de mercadorias.

A obra também chama atenção para as condições autodestrutivas do *vulcão da civilização* e coloca luz sobre a latência de *efeitos colaterais* do progresso. Por mais que se distancie do capital como relação social, o pensamento do autor sobre riscos expõe uma indissociabilidade em relação à produção de mercadorias. Neste aspecto, tematiza cedo essa dimensão implícita e ao mesmo tempo opaca de nossa reprodução social: a ampliação em escala e abrangência de perigos que não podem ser eliminados, contornados ou sequer são identificados antes da ocorrência de desastres.

A *cegueira frente ao apocalipse*²⁷ ganha novos contornos e, ao que parece, Beck os descreve em Sociedade de Risco. Da indistinção entre mortes militares e civis por armas de destruição em massa, passa-se ao espraiamento de ameaças globais por meio da produção de mercadorias. O autor nota que os fundamentos dessa passagem já não se limitam à guerra, mas abarcam a crescente indústria de alta periculosidade para a produção de objetos de uso comum.

A radioatividade e as novas tecnologias de guerra seguem como lastro do *Fim do Tempo*, resultado de um estado de ameaça permanente. Aspecto lembrado perante as políticas internacionais Trumpistas associadas às investidas militares de extrema direita sionista. Ao mesmo tempo, ameaças civilizacionais são normalizadas diariamente. Ao estudar a indústria petroquímica, como tenho feito no doutorado, nota-se rapidamente que, além da dispersão de agrotóxico que posteriormente nos atingem por meio de alimentos, uma pasta de dente e um sabão em pó também engendram condições materiais altamente destrutivas em sua produção.

Às irresponsabilidades, aos equívocos e aos crimes deliberadamente cometidos por grandes corporações e seus acionistas, fatos que Ulrich Beck não nega, o autor acrescenta e destaca os parâmetros de controle para a operação de processamentos que implicam riscos. Nesse caso, as ameaças civilizacionais residem na própria noção abstrata de segurança.

Diferente do âmbito da guerra, a objetividade técnica e científica é probabilística e se expressa por meio da linguagem matemática. Se a noção de segurança é definida por “possibilidades matemáticas”, conclui-se que ela é, objetivamente, uma incerteza. Portanto,

²⁶ KURZ, Robert, A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global, **Geografares**, n. 28, p. 55-115, 2019.

²⁷ ANDERS, **Hiroshima está em toda parte**.

“É possível subestimar hoje as críticas, com um risco a tender para zero, apenas para lamentar amanhã, depois da catástrofe ter acontecido”²⁸. Busca-se incessantemente a segurança porque, contraditoriamente, a ampliação exponencial da incerteza é uma condição objetiva de nossa reprodução social.

6

Em *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx²⁹ elabora uma “resenha histórica da análise da mercadoria” a partir da economia política. Entre os destaques, considera a formulação de Benjamin Franklin “a primeira análise consciente e de uma clareza quase banal do valor de troca”³⁰. Para o autor, essa seria a primeira análise do valor da mercadoria como desdobramento de um trabalho “que não possui qualidade especial e pode-se medir, portanto, por meio da simples quantidade”³¹, e não do trabalho útil implicado na produção.

O reconhecimento, todavia, não limitou a crítica. Pelo contrário, Marx chama atenção para a extração da mais-valia no interior da produção, aspecto ignorado por Franklin, que com isso se distancia da noção de trabalho abstrato e oculta que é o tempo de trabalho socialmente necessário, e não o dinheiro, que se tornaria historicamente uma medida do valor. Metodologicamente, isso nos ensina que um mesmo autor é perfeitamente capaz de identificar aspectos críticos e objetivos do processo social e, simultaneamente, estar forçosamente equivocado em suas análises gerais sobre o fato ou fenômeno explicitado. É esse raciocínio que orienta a leitura crítica de *Sociedade de Risco*.

Não se pode negar que a obra expressa conteúdos críticos do progresso e aprofunda a compreensão sobre o caráter radicalmente autodestrutivo assumido pela reprodução social capitalista. Todavia, como já havia afirmado Robert Kurz³², “Ulrich Beck já há mais de quinze anos se via ‘sobre o vulcão da civilização’, mas, pelos vistos, da perspectiva de um lugar de camarote, ainda confortável, no seio da sociedade mundial”.

Incontornável para os estudos sobre riscos, desastres e catástrofes, *Sociedade de Risco* ignora que “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista

²⁸ BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott, **Modernização reflexiva política, tradição e estética na ordem social moderna**, 1. ed. Oeiras: Celta Ed, 2000, p. 9.

²⁹ **Contribuição à crítica da economia política**, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

³⁰ *Ibid.*, p. 84.

³¹ *Ibid.*, p. 86.

³² **A guerra de ordenamento mundial: O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na Era da globalização**, [s.l.]: Obeco, 2019.

aparece como uma 'imensa coleção de mercadorias'³³. Como se defende aqui, a construção social de riscos e de desastres emana das relações sociais de produção e de reprodução, e mais especificamente da produção de mercadorias, portanto, da própria riqueza social enquanto tal.

Risco e riqueza não são *objetos de distribuição*, mas produtos de uma experiência social tautológica, cujo sentido é mobilizar o capital.

Ainda assim, não é trivial que a escrita de um livro dedicado a “riscos e efeitos da modernização”³⁴ tenha findado junto à radicalidade destrutiva da radioatividade para além das suas finalidades bélicas, que sabemos serem o verdadeiro motor do desenvolvimento técnico-científico. Chamamos atenção para isso porque, em Chernobyl, os danos incalculáveis, a devastação e a perda de milhares de vidas, além da geração de níveis inéditos de adoecimento de curto, médio e longo prazo, foram provocadas justamente pelo que parecia estar sob o controle. Diferente do que havia ocorrido no Japão, com a “criatividade técnica exclusivamente dedicada ao extermínio”³⁵, a explosão desse reator atômico figurava até então como um perigo gerenciável, componente racional de um cálculo dos riscos implicados na operação de uma central elétrica, isto é, uma *incerteza* a tal ponto improvável que permitia, e ainda permite, a manipulação da radioatividade para reproduzir a vida cotidiana.

Se a era nuclear é o grande paradigma de Ulrich Beck, parece-nos que é Chernobyl, e não a bomba atômica, que confere maior relevância à sua obra. Afinal, nada poderia ilustrar melhor a permissividade cotidiana de uma ameaça civilizacional.

7

Ulrich Beck não reconhece a escalada da destruição como parte das contradições do capital, muito menos “retirou daí a consequência de uma crítica radical do capitalismo”³⁶. Seguindo por um caminho marcado por idealismos, todavia, parece-nos que uma leitura atenta e crítica de sua obra permite acessar elementos que ainda movem essa escalada, afinal, a obra “não deixava sob alguns aspectos de corresponder à realidade”³⁷. Ao esmiuçar aspectos

³³ MARX, Karl, **O Capital: crítica da economia política - Livro I**, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 45.

³⁴ BECK, **Sociedade de risco**, p. 16.

³⁵ ANDERS, **Hiroshima está em toda parte**, p. 423.

³⁶ KURZ, **A guerra de ordenamento mundial: O Fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na Era da globalização**.

³⁷ *Ibid.*

fenomênicos da capacidade destrutiva implicada pela reprodução social contemporânea, o autor nos ajuda a compreender que o avanço das forças produtivas do capital carrega em seu próprio desenvolvimento a ampliação em intensidade e abrangência de perigos, ameaças e incertezas para todas as formas de vida, humanas e não humanas.

40 anos depois, tal aspecto confere certa atualidade para a obra. Mesmo sem alcançar o núcleo das contradições que movem à escalada da destruição, Ulrich Beck antecipou uma dimensão crítica que foi posteriormente reconhecida por diferentes autores, seja enquanto a alteração geológica estrutural provocada por forças sociais, nos termos do Antropoceno [2000]³⁸ ou do Capitaloceno [2016]³⁹, seja por reconhecerem na reprodução social capitalista os termos de um Cassino [1995]⁴⁰, da proliferação de Desastres [2007]⁴¹ ou ainda de uma experiência social tautológica com referência no canibalismo [2022]⁴². À contrapelo, a obra versa sobre a catástrofe implicada na produção e reprodução do que há de mais banal, cotidiano e totalizante em nossa sociedade, as mercadorias. Isto é, mesmo com limites, expõe a dialética entre o *desenvolvimento histórico das forças produtivas do capital* e a *ampliação escalar de suas capacidades de destruição*. No sentido indicado, ainda contribui para seguirmos em direção à crítica da economia política diante da escalada contemporânea da destruição.

³⁸ CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene, O Antropoceno, **Piseagrama**, n. seção Extra!, 2015.

³⁹ HARRAWAY, Dona, Antropoceno, Capitaloceno, Platationceno, Chthuluceno_ fazendo parentes, Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Available from: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-pla...>, data acesso 04 maio 2026..

⁴⁰ KURZ, A ascensão do dinheiro aos céus.

⁴¹ KLEIN, Naomi, **A Doutrina Do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**, São Paulo: Nova Fronteira, 2021.

⁴² FRASER, Nancy, **Capitalismo canibal: Como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**, São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ANDERS, Günther. **Hiroshima está em toda parte**. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

ANDERS, Günther. Teses para a Era Atômica. **Revista Sopro**, v. 87, p. 3–10, 2013.

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização**. São Paulo: [s.n], 2021. Disponível em: <<https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/view/81/48/142>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva política, tradição e estética na ordem social moderna**. 1. ed. Oeiras: Celta Ed, 2000.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. O Antropoceno. **Piseagrama**, n. seção Extra!, 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/extra/o-antropoceno/>>.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: Como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina Do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, n. 28, p. 55–115, 2019.

KURZ, Robert. **A guerra de ordenamento mundial: O Fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na Era da globalização**. [s.l.]: Obeco, 2019. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/a_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf>.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política - Livro I**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. t. 1v.

HARRAWAY, Dona, Antropoceno, Capitaloceno, Platationceno, Chthuluceno_ fazendo parentes, Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Available from: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-pla...>, data acesso 04 maio 2026.

NOAKES, Taylor C. Os bombardeios atômicos do Japão foram baseados em mentiras. **Jacobin Brasil**, 2023. Disponível em:

<<https://jacobin.com.br/2023/10/os-bombardeios-atomicos-do-japao-foram-baseados-em-mentiras/>>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Fernanda Pinheiro da. Um mundo em ruínas: natureza e devastação nos fluxos de capital. **GEOgraphia**, v. 28, n. 60, 2026. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/66275>>. Acesso em: 5 fev. 2026.

Queremos ouvir você!

Caro(a) leitor(a),

Esperamos que você goste do nosso boletim e que se torne um(a) leitor(a) constante.

Gostaríamos de conhecer melhor suas impressões sobre as nossas publicações, e este breve formulário foi elaborado com esse objetivo.

Por favor, preencha o formulário para nos ajudar a identificar pontos de melhoria.

Obrigado!

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpOLSfnfnKoNMoPOOVZgc42c8W9lFCgdNy-Xe p4lOUHA_iOH5oZPO/viewform?usp=header

Expediente

Comitê de Redação: Eduardo Cação, Giovanna Herrera, João Victor Silva Santos, Júlia Sardinha Domingues, Lucas Cunha Lignon, Matheus de Jesus Souza, Pedro Amaral Machado, Rosa Rosa Gomes e Victor Rykelmy Vieira Loura.

Conselho Consultivo: Fernando Ferreira, Lincoln Secco, Marisa Deaecto, Osvaldo Coggiola.

Publicação do Grupo de Estudos de História e Economia Política (GMARX) / FFLCH-USP

Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Sala H4. São Paulo/SP. CEP: 05508-000

GMARX: g-marx@usp.br

Maria Antonia Edições: mariaantoniaedicoes@riseup.net

Maria Antonia - Boletim do GMARX: maboletim@usp.br